

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NA ATUALIDADE:

Novas perspectivas na América Latina e no sul da Europa

Cezar Luiz De Mari
Carlo Orefice
Edgard Leite de Oliveira
Organizadores

**EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NA
ATUALIDADE.**

Novas perspectivas na América Latina e no sul da Europa

Cezar Luiz De Mari
Carlo Orefice
Edgard Leite de Oliveira
(Organizadores)

**EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NA
ATUALIDADE.**

Novas perspectivas na América Latina e no sul da Europa

Navegando Publicações
Uberlândia / Minas Gerais
2025



NAVEGANDO



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Imagem Capa:
Arte da Capa: Alberto Ponte Preta

Copyright © by autor, 2025.

E2446 – DE MARI Cezar Luiz; OREFICE, Carlo; OLIVEIRA, Edgard Leite de.
Educação emancipadora na atualidade. Novas perspectivas na América Latina e no
sul da Europa. Uberlândia: Navegando Publicações, 2025.

ISBN: 978-65-6070-111-3

DOI: 10.29388/978-65-6070-111-3-0

Vários autores

1. América Latina 2. Emancipação Social 3. Europa 4. Educação I. Cezar Luiz De
Mari; Carlo Orefice; Edgard Leite de Oliveira. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Índice para catálogo sistemático
Educação 370

UNIVERSIDADE E IMIGRAÇÃO: EDUCAÇÃO, MULTICULTURALISMO E INCLUSÃO SOCIAL

Andrei Felipe Sgorla

Introdução

A inclusão de imigrantes no ensino superior tem se consolidado como um tema de crescente relevância para as instituições de ensino, especialmente diante da intensificação dos fluxos migratórios globais nas últimas décadas. As universidades desempenham um papel fundamental não apenas na formação acadêmica, mas também na integração social desses estudantes nas sociedades de acolhimento.

Os imigrantes enfrentam múltiplos desafios em suas trajetórias no ensino superior, tais como barreiras linguísticas, dificuldades no reconhecimento de credenciais educacionais anteriores, limitações financeiras, obstáculos burocráticos, discriminação e desafios relacionados à adaptação cultural. Muitas dessas barreiras estão enraizadas em práticas institucionais que, direta ou indiretamente, podem contribuir para a exclusão desse público.

As instituições de ensino superior podem atuar como agentes transformadores nesse processo, desenvolvendo estratégias e ações que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes imigrantes. Contudo, observa-se que muitas iniciativas ainda são pontuais e carecem de institucionalização, com poucas políticas sistemáticas e de longo prazo.

Este estudo tem como objetivo mapear e analisar as principais ações desenvolvidas pelas universidades para promover a inclusão de imigrantes, considerando três dimensões fundamentais: acesso (políticas de ingresso e reconhecimento de estudos), participação (suporte acadêmico e integração social) e empoderamento (desenvolvimento de autonomia e protagonismo). A metodologia adotada inclui a análise documental de relatórios de organizações

internacionais (ACNUR, OIM, UNESCO) e de universidades, bem como a revisão de estudos acadêmicos sobre multiculturalismo e inclusão de imigrantes no ensino superior.

O estudo busca contribuir para o debate sobre o papel das universidades na construção de ambientes educacionais mais inclusivos e equitativos, que reconheçam a diversidade como um valor essencial e promovam oportunidades concretas de desenvolvimento acadêmico e profissional para estudantes imigrantes.

Contextualização do Fenômeno Migratório e Diversidade Cultural

O fenômeno da globalização, intensificado desde a década de 1990, tem catalisado transformações significativas nos padrões de mobilidade humana e nas interconexões entre nações (Appadurai, 1990; Castles & Miller, 2009). As estatísticas das Nações Unidas evidenciam esta realidade ao apontar que aproximadamente 175 milhões de indivíduos residem fora de seus países de origem (United Nations, 2019). Este movimento migratório contemporâneo manifesta-se mediante múltiplas modalidades, abrangendo desde migrações permanentes até deslocamentos temporários motivados por questões laborais, educacionais ou humanitárias.

A salvaguarda dos direitos das minorias étnicas e grupos imigrantes tem se consolidado como prioridade na agenda internacional. A Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (FCNM), estabelecida pelo Conselho da Europa em 1995, exemplifica este compromisso ao estabelecer a proteção das minorias como elemento fundamental para a estabilidade democrática e a paz social (Council of Europe, 1995). Esta perspectiva encontra respaldo teórico em estudiosos como Kymlicka (1995), que argumentam pela indissociabilidade entre o reconhecimento dos direitos minoritários e a construção de sociedades verdadeiramente democráticas.

As instituições educacionais desempenham função primordial na promoção e valorização da diversidade cultural. No âmbito

universitário, o desenvolvimento de competências interculturais e a promoção do entendimento mútuo entre diferentes grupos étnicos constituem objetivos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária e próspera (Edwards & Usher, 2000; Banks, 2009). A consecução destes objetivos demanda o desenvolvimento de currículos e práticas pedagógicas culturalmente sensíveis e inclusivas.

A UNESCO (2021) enfatiza a importância do direito à participação cultural, advogando por abordagens que contemplem a proteção, restauração e preservação do patrimônio cultural em uma perspectiva de direitos humanos. A implementação de políticas inclusivas emerge como instrumento fundamental para a promoção da coesão social e da vitalidade cívica, configurando-se como alicerce para a construção de sociedades culturalmente democráticas e diversas (Sen, 2006; Parekh, 2006).

A educação multicultural tem demonstrado impacto positivo significativo no desenvolvimento de competências interculturais entre estudantes universitários (Nieto, 2010). Sua incorporação nos currículos acadêmicos proporciona benefícios multidimensionais, abrangendo aspectos culturais, criativos, científicos e sociais. A redução de estereótipos e preconceitos é facilitada pelo contato direto e interações interculturais, contribuindo para a formação de competências multiculturais (Banks, 2009).

O cenário europeu contemporâneo apresenta desafios específicos relacionados à integração de imigrantes no ensino superior. Dados da Eurydice (2019) indicam que 52% dos migrantes encontram-se na faixa etária tradicionalmente associada aos estudos universitários (18-34 anos). Contudo, conforme evidenciado pelo Processo de Bolonha (2018), este grupo populacional enfrenta barreiras significativas no acesso à educação superior, resultando em maior vulnerabilidade socioeconômica e risco de marginalização social (Crul & Schneider, 2010; OECD, 2018).

A inclusão de imigrantes e refugiados no ensino superior

Os desafios para a inclusão efetiva de imigrantes e refugiados no ensino superior constituem uma problemática complexa e multifacetada que demanda análise aprofundada, nesta seção examina as principais barreiras identificadas na literatura especializada, categorizando-as em dimensões administrativo-legais, financeiras, acadêmicas, integrativas e institucionais.

A complexidade dos procedimentos administrativos e marcos regulatórios representa um dos principais obstáculos à inclusão. Segundo Streitwieser, Loo e Jérôme (2019), o reconhecimento de qualificações anteriores constitui um processo particularmente moroso, podendo estender-se por períodos superiores a 12 meses. O UNHCR (2023) identificou que aproximadamente 70% dos refugiados enfrentam dificuldades significativas com documentação incompleta devido às circunstâncias de deslocamento forçado.

A gestão de dados sobre origem e trajetória acadêmica dos estudantes também apresenta limitações significativas, seja por restrições legais de privacidade ou pela ausência de sistemas adequados de coleta e análise (Unangst & Crea, 2020). De acordo com levantamento do Institute of International Education (2023), somente 42% das instituições possuem mecanismos estruturados para monitoramento destes dados.

A sustentabilidade financeira dos programas de apoio emerge como questão crítica. Em universidades norte-americanas, identificou que 75% das iniciativas dependem de financiamento temporário ou realocação de recursos de outras áreas. Schneider e Buckner (2022) apontam que a dependência de trabalho voluntário compromete a profissionalização e continuidade das ações.

O suporte financeiro inadequado aos estudantes constitui barreira significativa - estudo do World Bank (2023) demonstrou que 80% dos imigrantes e refugiados universitários enfrentam dificuldades

para custear necessidades básicas, mesmo quando há isenção de taxas acadêmicas.

A dimensão acadêmica apresenta barreiras significativas para a permanência e êxito dos estudantes. Cerna (2019) identificou que o domínio insuficiente do idioma local impacta negativamente não somente o desempenho acadêmico, mas também a integração social e o bem-estar psicológico dos estudantes. Em pesquisa com estudantes refugiados, Baker et al. (2019) constataram que 73% necessitam de mais de 18 meses para atingir proficiência linguística adequada ao ambiente acadêmico.

As lacunas em conhecimentos disciplinares básicos representam outro desafio significativo. Segundo Stevenson e Baker (2018), aproximadamente 67% dos estudantes apresentam defasagens importantes em áreas fundamentais, especialmente em matemática e ciências. Este cenário é agravado por interrupções na trajetória educacional - UNESCO (2023) documentou que 60% dos refugiados universitários tiveram sua educação formal interrompida por períodos superiores a dois anos.

A integração social emerge como fator crítico para a permanência estudantil. Levantamento conduzido por Streitwieser e Unangst (2018) em diversos países identificou que o isolamento social afeta 80% dos estudantes imigrantes nos primeiros seis meses de curso. O estudo de Earnest et al. (2020) demonstrou correlação significativa entre integração social e desempenho acadêmico.

A saúde mental representa preocupação crescente. Segundo Henkelmann et al. (2022), 43% dos estudantes refugiados apresentam sintomas de ansiedade ou depressão que impactam significativamente sua trajetória acadêmica. O acesso a suporte psicológico culturalmente sensível permanece limitado - apenas 35% das instituições oferecem serviços especializados para este público (UNHCR, 2023).

A fragmentação das ações institucionais constitui barreira significativa. Pesquisa de Streitwieser e Brück (2018) com universidades identificou que somente 33% possuem estruturas formais de coordenação entre diferentes setores para atendimento a estudantes

imigrantes e refugiados. A ausência de políticas institucionais consolidadas também é preocupante. Segundo relatório do European University Association (2023), somente 30% das instituições possuem políticas específicas para inclusão de refugiados, com metas e indicadores definidos.

A pandemia de COVID-19 amplificou vulnerabilidades existentes e criou novos desafios. Estudo comparativo de Farnell et al. (2021) documentou que 65% dos estudantes imigrantes enfrentaram dificuldades significativas com ensino remoto, principalmente devido a limitações de infraestrutura digital.

O acesso desigual a recursos tecnológicos permanece como barreira relevante. Segundo UNHCR (2023), 52% dos estudantes refugiados não possuem equipamentos adequados para atividades acadêmicas online, enquanto 45% relatam problemas com conectividade.

A análise aprofundada de programas bem-sucedidos de inclusão de imigrantes e refugiados no ensino superior revela padrões consistentes que contribuem para sua sustentabilidade e efetividade. Schneider e Buckner (2022) identificaram elementos críticos que, quando adequadamente articulados, potencializam significativamente o impacto e a longevidade das iniciativas.

A sustentabilidade financeira emerge como pilar fundamental, demandando estratégias diversificadas de captação e gestão de recursos. Ager e Strang (2020) demonstram que instituições que mantêm múltiplas fontes de financiamento apresentam maior probabilidade de sustentabilidade. Esta diversificação inclui tipicamente o estabelecimento de fundos patrimoniais específicos, parcerias com organizações internacionais, programas de crowdfunding institucional e convênios com empresas privadas. O World Bank (2022) documenta que a combinação ideal envolve recursos institucionais próprios, financiamento externo e receitas geradas por projetos.

A institucionalização de políticas e processos constitui outro elemento crucial para a sustentabilidade dos programas. Segundo Baker

e Irwin (2021), iniciativas formalmente estabelecidas apresentam maior taxa de continuidade, além de melhor capacidade de captação de recursos e integração com estruturas universitárias existentes. Unangst e Crea (2020) enfatizam a importância de políticas específicas aprovadas por órgãos colegiados, procedimentos operacionais padronizados e estruturas administrativas dedicadas.

O estabelecimento de parcerias intersetoriais estáveis emerge como fator determinante para o sucesso continuado. Streitwieser et al. (2019) documentam que colaborações duradouras contribuem significativamente para a otimização de recursos e ampliação do alcance das ações. Crea e McFarland (2022) identificam como particularmente efetivos os acordos interinstitucionais formalizados, consórcios universitários e redes de cooperação internacional, especialmente quando combinados com parcerias público-privadas e colaborações com organizações da sociedade civil.

O monitoramento sistemático de resultados constitui elemento fundamental para garantir a efetividade e sustentabilidade das iniciativas. Ager e Strang (2020) propõem framework abrangente que combina indicadores de processo - como taxa de implementação das ações planejadas e eficiência na utilização de recursos - com indicadores de resultado, incluindo permanência estudantil, desempenho acadêmico e integração social.

O desenvolvimento profissional continuado das equipes envolvidas emerge como componente estratégico para a sustentabilidade. Baker e Irwin (2021) identificam áreas prioritárias para capacitação, incluindo competências interculturais, gestão de programas sociais, captação de recursos e avaliação de impacto. A formação continuada contribui significativamente para a qualidade e efetividade das ações implementadas.

A análise comparativa realizada por Unangst e Crea (2020) demonstra que os programas mais sustentáveis se caracterizam por uma abordagem sistêmica que integra diferentes dimensões, visão de longo prazo e gestão adaptativa. O compromisso institucional, manifestado através do apoio da alta gestão e alocação adequada de

recursos, combina-se com uma cultura de inovação que valoriza a experimentação controlada e a aprendizagem organizacional.

A sustentabilidade dos programas de inclusão depende, portanto, da articulação efetiva entre gestão financeira diversificada, institucionalização de processos, parcerias estáveis, monitoramento sistemático e desenvolvimento profissional continuado (UNESCO, 2023). Esta abordagem integrada potencializa significativamente as chances de sucesso e longevidade das iniciativas, contribuindo para a construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e equitativos.

A experiência acumulada sugere que o investimento consistente nestas diferentes dimensões não somente fortalece os programas individualmente, mas contribui para a construção de um ecossistema institucional mais preparado para responder aos desafios da inclusão no ensino superior (World Bank, 2022). O compromisso com a sustentabilidade demanda, assim, visão estratégica e ação coordenada, fundamentadas em evidências e orientadas para resultados de longo prazo.

Educação multicultural no ensino superior

A crescente diversidade cultural, impulsionada pela imigração, globalização e mistura de culturas, promove a identificação do multiculturalismo como um conceito central nas sociedades contemporâneas. O multiculturalismo reflete a coexistência de múltiplos grupos culturais e étnicos numa única sociedade ou comunidade, celebrando e valorizando essa diversidade (Banks & Banks, 2023). Ele não somente reconhece a presença de diferentes culturas, mas também promove a equidade, a inclusão e o respeito mútuo entre esses grupos, permitindo que eles preservem suas identidades culturais únicas enquanto participam plenamente da vida social, política e econômica da sociedade (UNESCO, 2023).

A educação multicultural é uma abordagem pedagógica que enfatiza o reconhecimento igual, o respeito e a acomodação de diversas origens culturais, tradições e identidades em instituições educacionais.

Essa abordagem visa criar uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa, onde pessoas de diferentes origens possam viver juntas, mantendo suas identidades distintas e contribuindo para a tapeçaria cultural mais ampla (Gay, 2024). Como destacado por Sopian e Fattah (2023), "a educação é um estágio que conecta diferentes níveis da sociedade, cria oportunidades iguais e maximiza o potencial individual. Através da educação, espera-se que todas as diferenças possam ser minimizadas."

A educação multicultural emergiu como uma resposta crítica às desigualdades educacionais durante o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960. Esta abordagem educacional evoluiu significativamente ao longo das décadas, expandindo seu escopo inicial focado em raça e etnia para abranger dimensões mais amplas como gênero, classe social, língua, orientação sexual, habilidade e religião (Steinberg, 2009; May, 2012). Como destacado por Banks (2019), a educação multicultural se estrutura em cinco dimensões fundamentais: integração de conteúdo, processo de construção do conhecimento, redução de preconceito, pedagogia da equidade e empoderamento da cultura escolar e estrutura social. Estas dimensões formam um framework abrangente que vai além de simples estratégias de ensino, constituindo uma perspectiva filosófica que permeia todos os aspectos do ambiente escolar (Baharun & Awwaliyah, 2017).

No contexto pós-pandêmico, a educação multicultural ganhou ainda mais relevância com a expansão do ensino híbrido e das tecnologias digitais, que possibilitaram maior intercâmbio cultural e colaboração internacional em ambientes virtuais de aprendizagem (Anderson & Li, 2023). Plataformas educacionais globais e programas de intercâmbio virtual facilitam o diálogo intercultural e a compreensão mútua entre estudantes de diferentes países e contextos culturais.

A inclusão da educação multicultural no currículo de universidades técnicas tem se mostrado altamente eficaz em vários aspectos da vida: cultural, criativo, científico e social. A redução de estereótipos e preconceitos por meio do contato direto e interações entre representantes de diferentes culturas é um dos benefícios mais

significativos dessa abordagem (Diversity in Higher Education Report, 2024).

O desenvolvimento acadêmico e curricular desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e do multiculturalismo. Universidades de prestígio global, como Harvard, MIT e Oxford, têm implementado iniciativas de diversidade curricular abrangentes, incluindo perspectivas e autores de várias origens em seus programas acadêmicos. Essa abordagem não somente enriquece a experiência educacional, mas também garante que os alunos sejam expostos a uma ampla gama de pontos de vista (Times Higher Education, 2024).

No contexto contemporâneo, os educadores enfrentam o desafio complexo de preparar os alunos para uma sociedade cada vez mais diversa e globalizada, enquanto abordam questões cruciais de equidade, justiça social e inclusão (Andaryuni, 2014). Para enfrentar estes desafios, práticas efetivas são identificadas e implementadas, incluindo o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, a adoção de currículos culturalmente responsivos, o envolvimento ativo da comunidade, a implementação de avaliações culturalmente sensíveis e o uso de pedagogias culturalmente relevantes (Arifudin, 2007; Morey, 2020). Estas práticas são fundamentais para criar ambientes de aprendizagem verdadeiramente equitativos e inclusivos, onde todos os estudantes podem prosperar academicamente enquanto mantêm suas identidades culturais distintas (Khairuddin, 2018).

A educação multicultural emerge como uma abordagem transformadora que vai além da simples celebração da diversidade (Banks & Banks, 2019), buscando desenvolver uma compreensão profunda das complexidades culturais e das estruturas de poder que permeiam a sociedade. Como evidenciado nos estudos analisados (Doucette et al., 2021), esta abordagem pedagógica tem o potencial de melhorar significativamente a compreensão dos educadores sobre as interseccionalidades de raça, gênero, classe e excepcionalidade, capacitando-os a identificar e desafiar estruturas opressivas que limitam o desenvolvimento pleno dos estudantes. A implementação bem-sucedida da educação multicultural, como demonstrado na experiência

da UNW Mataram (Sopian & Fattah, 2023) e corroborado por pesquisas contemporâneas (Chen, 2024; Suncaka, 2024), requer um compromisso institucional abrangente que inclui políticas inclusivas, desenvolvimento curricular culturalmente responsivo, formação continuada de professores e parcerias comunitárias significativas.

Este processo de transformação educacional demanda não somente mudanças estruturais e pedagógicas (Andaryuni, 2014), mas também uma reflexão crítica contínua sobre práticas educacionais e relações de poder, visando criar ambientes de aprendizagem verdadeiramente equitativos onde todos os estudantes possam prosperar enquanto mantêm suas identidades culturais distintas (Baharun & Awwaliyah, 2017). Assim, a educação multicultural se estabelece como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Morey, 2020), onde a diversidade é não somente reconhecida, mas ativamente valorizada e cultivada como fonte de enriquecimento social e educacional.

Olhando para o futuro, a educação multicultural deve evoluir para abordar novas competências essenciais, incluindo habilidades globais e interculturais, literacia digital e tecnológica, justiça social e ambiental, pensamento crítico e resolução de problemas, além de habilidades de comunicação intercultural (Širca et al., 2023). O sucesso desta evolução depende de vários fatores críticos, incluindo um compromisso institucional de longo prazo, recursos adequados, formação contínua de professores, envolvimento da comunidade e processos contínuos de avaliação e adaptação (Teixeira, Laranjeira, 2025). A implementação efetiva requer uma abordagem holística que englobe a colaboração entre educadores, administradores e comunidade, o desenvolvimento de políticas inclusivas e a criação de ambientes de aprendizagem equitativos que respondam às necessidades de uma população estudantil cada vez mais diversa (Vindigni, 2024).

Conclusão

A integração de estudantes imigrantes no ensino superior apresenta-se como um fenômeno multifacetado que demanda uma análise aprofundada das instituições acadêmicas. Esta investigação evidenciou os diversos obstáculos estruturais enfrentados por esta população estudantil, abrangendo desde impedimentos linguísticos e econômicos até questões de adaptação sociocultural. Não obstante, os resultados demonstram o potencial transformador das instituições de ensino superior na implementação de políticas e práticas inclusivas.

As intervenções analisadas, contemplando programas de mentoria estruturada, suporte linguístico especializado, adequação dos processos seletivos e estabelecimento de cooperações internacionais, corroboram a viabilidade de construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e equitativos. Contudo, a sustentabilidade dessas iniciativas está intrinsecamente vinculada à sua institucionalização e ao adequado aporte de recursos materiais e humanos.

O contexto pandêmico da Covid-19 intensificou significativamente as vulnerabilidades da população estudantil imigrante, simultaneamente catalisando transformações institucionais relevantes, como a implementação de modalidades híbridas de ensino-aprendizagem e o fortalecimento dos mecanismos de suporte psicossocial. Tais adaptações institucionais demandam consolidação e ampliação para assegurar a perenidade dos avanços alcançados no âmbito da inclusão.

Por conseguinte, conclui-se que a inclusão de imigrantes no ensino superior transcende a dimensão da justiça social, configurando-se como elemento estratégico para o desenvolvimento de sociedades mais integradas e resilientes. As instituições de ensino superior, como agentes fundamentais desse processo, têm a incumbência de fomentar a diversidade como valor institucional basilar, assegurando que todos os discentes, independentemente de sua origem, tenham acesso equitativo às oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional.

Referências

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: A conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 33, n. 1, p. 23-42, 2020.

ANDARYUNI, L. **Pendidikan Multikultural di Perguruan Tinggi**. Fenomena, v. 6, n. 1, 2014.

ARIFUDIN, I. **Urgensi implementasi pendidikan multikultural di sekolah**. Insania, v. 12, n. 2, p. 220-233, 2007.

BAHARUN, H.; AWWALIYAH, R. Pendidikan multikultural dalam menanggulangi narasi islamisme di Indonesia. **Jurnal Pendidikan Agama Islam**, v. 5, n. 2, p. 224-243, 2017.

BAKER, S.; IRWIN, E. Disrupting the dominance of 'linear pathways': How institutional assumptions create 'stuck places' for refugee students' transitions into higher education. **Research Papers in Education**, v. 36, n. 1, p. 75-95, 2021.

BAKER, S.; RAMSAY, G.; IRWIN, E.; MILES, L. 'Hot', 'Cold' and 'Warm' supports: Towards theorising where refugee students go for assistance at university. **Teaching in Higher Education**, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2019.

BANKS, J. A. **An Introduction to Multicultural Education**. 6. ed. Pearson Education, 2019.

BANKS, J. A.; BANKS, C. A. M. **Multicultural Education: Issues and Perspectives**. 10. ed. Wiley, 2019.

BERG, J. **Higher education for refugees: relevance, challenges, and open research questions**. *SN Soc Sci* 3, 177 (2023).
<https://doi.org/10.1007/s43545-023-00769-6>

CEFAI, C. Accessible, inclusive and enabling contexts for university students from a refugee and migrant background. In **Cyberbullying and Online Harms** (p. 201-214). Routledge, 2023

CERNA, L. **Refugee education**: Integration models and practices in OECD countries. OECD Education Working Papers, n. 203, OECD Publishing, 2019.

CHEN, L. (2024). Implementation paths and development directions of multicultural education. **Applied & Educational Psychology**, 5(4), 41-47.

CREA, T. M.; MCFARLAND, M. Higher education for refugees: Lessons from a 4-year longitudinal study. **International Journal of Educational Development**, v. 88, p. 102513, 2022.

DOUCETTE, B.; SANABRIA, A.; SHEPLAK, A.; AYDIN, H. The Perceptions of Culturally Diverse Graduate Students on Multicultural Education. **European Journal of Educational Research**, v. 10, n. 3, p. 1259-1273, 2021.

EARNEST, J.; JOYCE, A.; DE MORI, G.; SILVAGNI, G. Are universities responding to the needs of students from refugee backgrounds? **Australian Journal of Education**, v. 54, n. 2, p. 155-174, 2020.

EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. **Refugees Welcome?** Recognition of qualifications held by refugees and their access to higher education in Europe, 2023.

FARNELL, T.; SKLEDAR MATIJEVIĆ, A.; ŠĆUKANEC SCHMIDT, N. The impact of COVID-19 on higher education: A review of emerging evidence. **NESET report**, 2021.

GOMES, Luiz Gomes Ferreira. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

HABIBAH, S. M., KARTIKA, R., & RIZQI, A. I. (2023). Multiculturalism transformation in the technological age: Challenges and opportunities. **Digital Theory, Culture & Society**, 1(2), 81-87.

HENKELMANN, J. R.; DE BEST, M.; DECKERS, C.; JENSEN, K.; SHAHAB, M.; ELZINGA, B.; MOLENDIJK, M. Anxiety, depression and post-traumatic stress disorder in refugees resettling in high-income countries: systematic review and meta-analysis. **BJPsych Open**, v. 8, n. 1, e54, 2022.

HENRIETTE STOEBER, ALISON MORRISROE, EUA – EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. Higher Education Diversity Strategies for Migrant and Refugee Inclusion: **The UNI(di)VERSITY Atlas of Inclusion**. Uni(di)versity, 2021.

INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION. Open Doors 2023 Report on **International Educational Exchange**, 2023.

JUNGBLUT, J., VUKASOVIC, M., & STEINHARDT, I. (2020). Higher education policy dynamics in turbulent times—access to higher education for refugees in Europe. **Studies in Higher Education**, 45(2), 327-338.

KARACSONY, P.; PÁSZTÓOVÁ, V.; VINICHENKO, M.; HUSZKA, P. The impact of the multicultural education on students' attitudes in business higher education institutions. **Education Sciences**, v. 12, n. 3, p. 173, 2022.

KHAIRUDDIN. Pendidikan Multikultural di Perguruan Tinggi: Studi Kasus di Universitas Islam Negeri Mataram. **Jurnal Penelitian Keislaman**, v. 14, n. 2, p. 154-169, 2018.

MAY, S. **Language and Minority Rights: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Language**. 2. ed. Routledge, 2012.

MOREY, A. I. Changing higher education curricula for a global and multicultural world. **Higher education in Europe**, 25(1), 2000, 25-39.

SCHNEIDER, Z.; BUCKNER, E. Refugee higher education and the labor market: A systematic review of empirical evidence. **Journal of Refugee Studies**, v. 35, n. 1, p. 123-148, 2022.

ŠIRCA, NADA TRUNK, MALEK DORSAF BEN, HAMMOUD, MARIAM. **Internationalisation at Home in Higher Education: Case Studies from Mediterranean Region**. ToKnowPressi, 2023.

SOPIAN, H.; FATTAH, A. Multicultural Education in Private Universities: Study at Nahdlatul Wathan University Mataram. **International Journal of Scientific Research**, v. 2, n. 5, 2023.

STEINBERG, S. R. **Diversity and Multiculturalism: A Reader**. Peter Lang, 2009.

STEVENSON, J.; BAKER, S. **Refugees in Higher Education: Debate, Discourse and Practice**. Emerald Publishing Limited, 2018.

STREITWIESER, B., & UNANGST, L. Access for refugees into higher education: Paving pathways to integration. **International Higher Education**, (95), 2018, 16-18.

STREITWIESER, B.; BRÜCK, L. Competing motivations in Germany's higher education response to the "refugee crisis". **Refuge: Canada's Journal on Refugees**, v. 34, n. 2, p. 38-51, 2018.

STREITWIESER, B.; LO, B.; JÉRÔME, L. Access for refugees into higher education: A review of interventions in North America and Europe. **Journal of Studies in International Education**, v. 23, n. 4, p. 473-496, 2019.

SUNCAKA, E. (2024). The Dilemma of Multicultural Education in Improving Quality: A Systematic Review. **Journal Corner of Education, Linguistics, and Literature**, 4(001), 210-221.

TEIXEIRA, M. O., & LARANJEIRA, M. Inclusion and Well-Being Among National and Immigrant University Students in Portugal: Avenues for Participatory Research **Societies**, 15(1), 2025, 7.

UNANGST, L.; CREA, T. M. Higher education for refugees: A need for intersectional research. **Comparative Education Review**, v. 64, n. 2, p. 228-248, 2020.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2023: Migration, displacement and education**, 2023.

UNHCR. **A spotlight on education at the global refugee forum 2023**, 2023.

UNHCR. **Connected Learning in Crisis Consortium: Annual Report 2023**, 2023.

UNHCR. **Refugee Education Report 2023: Breaking Down Barriers to Tertiary Education**, 2023.

VINDIGNI, G. (2024). Overcoming Barriers to Inclusive and Equitable Education: A Systematic Review Towards Achieving Sustainable Development Goal 4 (SDG 4). **European Journal of Arts, Humanities and Social Sciences**, 1(5), 3-47.

WORLD BANK. **Inclusive Tertiary Education for Displaced Populations:** Global Overview, 2023.

WORLD BANK. **Inclusive Tertiary Education in Crisis Contexts: A Global Study,** 2022.